

A PERSPECTIVA DO SURDO ENQUANTO PACIENTE NO ATENDIMENTO À SAÚDE

A PERSPECTIVE OF THE DEAF AS A PATIENT IN HEALTH CARE

Neide Aparecida de Andrade Silva¹
Quédima Cardoso da Silva Galdino²
Cristiane Dias Souza Campos³
Brunelli da Silva Torres⁴
Sanny Carolina Gonçalves Badaró⁵

RESUMO: A comunicação é a sustentação para o convívio social e para que se tenha uma boa transmissão de informações. É por meio do diálogo que acontece de forma oral a efetiva comunicação. Com isso, uma pessoa surda pode ser excluída da sociedade, a não ser que haja meios de comunicação para que a pessoa surda entenda e se faça entender. Para isso, existe a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), segundo a qual ainda não é efetivamente utilizada nos órgãos públicos, principalmente nos setores da saúde, o que corrobora para o atendimento ineficaz a essas pessoas. Diante disso, necessita-se apontar qual a perspectiva do paciente surdo quanto a comunicação com o enfermeiro ou técnicos. O objetivo dessa pesquisa é de demonstrar a necessidade da comunicação dentro do sistema de saúde em relação aos pacientes surdos, e como é necessário melhorar e possibilitar tal relação entre paciente e profissional para que a inclusão social aconteça efetivamente.

PALAVRAS CHAVE: comunicação; pessoa surda; LIBRAS

ABSTRACT: Communication is sustained for social relief and for those who have a good transmission of information. It is through dialogue that effective oral communication takes place. As a result, a deaf person can be excluded from society, provided there are no means of communication for those who are deaf to understand and want to understand. For this, there is the Brazilian Sign Language (LIBRAS), according to which it is not yet effectively used in public agencies, mainly in the health sectors, or which corroborates for the care of these people. Given this, it is necessary to point out the patient's perspective on communication with the nurse or technicians. The objective of this research is to demonstrate the need for communication within the health system in relation to deaf patients, and how it is necessary to improve and enable the relationship between patient and professional to effectively include social inclusion.

KEYWORDS: communication; deaf person; Libras

¹ Discente do 8º período do curso de Enfermagem da Faculdade Única de Ipatinga e pós em Enfermagem Urgência e emergência, enfermagem do trabalho e libras, coordenacaobetania@gmail.com

² Docente no curso de Enfermagem da Faculdade Única de Ipatinga. quedimacs@yahoo.com.br

³ Docente no curso de Enfermagem da Faculdade Única de IPATINGA. cristiane.ipb@gmail.com

⁴ Discente do 8º período do curso de Enfermagem da Faculdade Única de Ipatinga, e pós em Enfermagem Urgência e emergência, brunellitorres@hotmail.com

⁵ Discente do 8º período do curso de Enfermagem da Faculdade Única de Ipatinga e pós em Enfermagem Urgência e emergência, sannycarolbadaro20@gmail.com

1- Introdução

A comunicação é uma das bases da sociedade, presente no convívio social, trabalho, nas relações culturais, políticas e econômicas, sendo peça chave em diversas áreas e por isso deve ser clara, com a finalidade de uma transmissão precisa da mensagem desejada, ocorrendo assim um diálogo eficaz.

É sabido que na sociedade a comunicação predominante acontece na forma oral, levando os surdos a serem excluídos, separados da sociedade, e com isso as dificuldades na comunicação aumentam, e o ideal da inclusão de todos se torna utópico.

Logo, as dificuldades surgem em diversas esferas sociais, dentre elas, no âmbito da assistência e atendimento na área de saúde, na qual é permeada de dúvidas, termos muitas vezes inacessíveis e atendimentos precários, que colocam os pacientes em situações constrangedoras, principalmente no SUS – Sistema Único de Saúde, sendo que para esses pacientes surdos, as barreiras aumentam, e a dificuldade de comunicação acaba por comprometer significativamente a relação paciente/profissional.

Em razão da insegurança que a má ou falta de comunicação ocasiona, os pacientes surdos se distanciam da área da saúde, optam por não se consultarem com

regularidade e não se sentem devidamente acolhidos.

No dia a dia, pacientes surdos que se dispõem ou necessitam do atendimento no âmbito da saúde, usam diversos meios para se comunicar, como gestos próprios, escrita, leitura labial ou a ajuda de acompanhantes. Vale destacar que no Brasil, há uma linguagem própria instituída, a língua oficial dos surdos, chamada de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), e os meios que diferem disso se tornam imprecisos, inseguros, não condizendo com a seriedade do serviço de saúde.

Com isso, a relevância de tal estudo se dá por se tratar de uma problemática da área de saúde, e para que a inclusão aconteça de forma efetiva. Além disso, o estudo em questão busca trazer e apresentar possíveis soluções para a melhoria dessa comunicação essencial para ambas às partes.

Objetiva-se com esse trabalho, tratar da necessidade de comunicação dentro do sistema de saúde em relação aos pacientes surdos, e como é necessário melhorar e possibilitar tal relação entre paciente e profissional, na busca da inclusão. Ainda dentro dos objetivos dessa pesquisa, definir o que é LIBRAS e sua importância para o surdo, discorrendo sobre a Lei de LIBRAS nº 10436/02, demonstrar as Leis de inclusão e acessibilidade, Lei nº 10098/00 e do Decreto nº 5626/05,

investigar junto aos surdos sua percepção quanto ao atendimento na área de saúde, e as dificuldades enfrentadas e por fim discorrer sobre os recursos que possibilitem a efetiva comunicação entre o profissional da saúde e a pessoa surda.

1.1- Fundamentação Teórica

1.1.1- A Pessoa Surda

No contexto atual, para a medicina e conseqüentemente para a área da saúde, a pessoa surda é aquela que tem perda auditiva e a mesma é aferida em decibéis. Ocorre que muitas pessoas confundem a surdez com a deficiência auditiva, porém há distinções entre elas, sendo que a deficiência auditiva é uma perda adquirida, ou seja, o indivíduo nasce com a audição perfeita, e ao longo de sua vida, por fatores externos, como lesões, maus hábitos ou doenças, perde a audição. É importante mencionar que as pessoas nessas condições na maioria dos casos aprenderam a linguagem oral, e após a deficiência passam a aprender e necessitar de se comunicar de outra forma. Já o surdo, tem origem congênita, ou seja, o indivíduo nasce sem a audição, não sendo capaz de ouvir nenhum som, e sua comunicação se torna comprometida, não há meios de minimizar isso, nem tampouco intervenções a fim de sanar essa incapacidade (CARDOSO, 2016).

Além disso, dentro da comunidade surda, os mesmos optam por serem assim chamados, já que isso é inerente a eles, como uma característica, sendo que eles não buscam ser tratados como ouvintes, e sim se comunicarem dentro de sua realidade, com respeito e possibilidade de inclusão, conforme o modelo sócio antropológico, que trata da surdez como uma diferença cultural, semelhante às variantes linguísticas de um país.

Segundo Monteiro (2006, p. 292-305), no contexto social e cultural, o termo Surdo é utilizado para definir a pessoa pertencente à Comunidade Surda, e que usa a LIBRAS para se comunicar.

1.1.2 – LIBRAS – A Comunicação dos Surdos

A comunicação acontece através da Língua Brasileira de Sinais, também conhecida como LIBRAS. Segundo Costa (2013), apud Carmozine, (2012), a LIBRAS é um sistema linguístico viso espacial, ou seja, faz uso da visão e do espaço em vez da audição e do som. Seus sinais são formados pela configuração de mãos e movimentos associados a pontos de referência no corpo e no espaço, podendo vir ou não acompanhados de expressão facial.

Tal linguagem foi prevista no Brasil através da Lei nº 10146 de 2002 como a língua oficial da comunidade surda, lei regulada pelo Decreto nº 5626 de 2005,

que determina o conceito de surdo: “aquele que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de suas experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais” (BRASIL, 2005).

Acerca disso Castro Junior (2011) explica que a linguagem de sinais é reconhecida “cientificamente” como língua, apresenta como qualquer língua os universais linguísticos e os aspectos fonológicos, morfológicos, sintático e semântico-pragmático, mas usualmente são atingidas pelo preconceito linguístico e estereótipos, pelo fato de que seus usuários são principalmente pessoas consideradas deficientes.

São diversos os meios de comunicação existentes no mundo, e cada um deles representam ou caracterizam uma região ou povo específico, no caso dos surdos não seria diferente, demonstrando-se uma forma de linguagem elaborada e única. O processo de comunicação dos surdos se realiza por meio de movimentos gestuais e expressões faciais, que utiliza a visão no lugar do discurso e da audição, que é comumente utilizado nos demais idiomas. A Língua Brasileira de Sinais é a principal forma de conversação utilizada pela comunidade surda, entretanto, mesmo a língua sendo amparada legalmente pela – Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002). Decreto nº 5.626 de 22 de

dezembro de 2005 que regulamenta a Lei – o processo comunicativo entre surdos e ouvintes ainda é muito limitado, dificultando a interação social e o direito à cidadania (SANTANA, 2013).

Cada nação possui sua própria linguagem dos sinais, sendo a mesma influenciada pela cultura, expressões ou característica de cada região, como qualquer idioma. Diferente do que muitos pensam, a LIBRAS não são simples movimentos ou gesticulações; meramente usados para promover o diálogo da pessoa surda, por trás de cada gesto existem estruturas gramaticais e níveis linguístico, divididos em fonológico, morfológico, sintático e o semântico. (FRASSETTO et al, 2015).

A linguagem de sinais e constituída por regras gramaticais distintas, que serão desenvolvidas no dia-a-dia, possibilitando ao surdo fluidez e autonomia nas formações discursivas. As demais linguagens atuarão como auxílio nas condições impostas pelo ouvinte. Apesar disso, a linguagem verbal tem peso substancial sobre a linguagem de sinais, por se tratar de uma língua predominante, abrandando a significância do dialeto correspondente a sociedade surda. Essa desvalorização se dá pelo fato de não existir registros escritos sobre LIBRAS, levando a depreciação social e interiorização do idioma. Observa-se como evidências desse

fato pesquisas sobre ampliação do sistema de transcrição gráfica das línguas de sinais (LIMA, 2016).

Para entender a língua dos sinais e necessário saber que existem elementos básicos da linguagem, que estimula a ponderação sobre a inclusão do surdo na sociedade. Esses componentes são divididos em três elementos visuais que serão empregados na comunicação, que são: Movimentos corporais, gestos das mãos e expressões faciais. Os gestos com as mãos ao serem realizados, deve analisar a forma em que as mãos realizam um sinal, ou a localidade onde o gesto é feito (frente ao corpo ou uma região do próprio corpo). As expressões faciais e corporais também são importantes, pois serão utilizadas para formar frases paralelas à acentuação da língua portuguesa que demonstrará a forma que a frase foi empregada (SILVA, 2018).

Através da Implantação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 que dispões sobre a realização de um currículo, analisando as limitações e características de cada aluno, a fundação de escolas e instituições voltadas para crianças com algum tipo de carências passou a tomar força. A formação de educandos deveria proporcionar uma perspectiva mais ampla sobre a área abordada, em conjunto com um preparo teórico-científico e é preciso entender que a formação precisa ser contínua e que vários

desafios, a serem vivenciados no processo de integração, inclusão, possibilidade e frequentar escolas, entre outro (LIMA, 2016).

O debate sobre a submissão do indivíduo surdo à prática da Língua Portuguesa já foi muito discorrido, sendo a mesma agora conhecida como segunda língua, enquanto a Língua Brasileira de Sinais passa a ser reconhecida como a primeira língua dos surdos. Apesar do consenso sobre as LIBRAS como língua oficial, o surdo acaba por ser sujeitado aos contextos formais e informais do uso da Língua Portuguesa, se deparando com inúmeras dificuldades quanto à comunicação. A implantação de uma comunicação voltada para oralidade exclui e priva o surdo de desenvolver relacionamentos sociais, como também a pessoa ouvinte, que não conhece ou tem domínio das LIBRAS (CORREA et al, 2014). A alfabetização é importante para o crescimento de todo indivíduo, possibilitando o desenvolvimento do senso crítico e estabelecendo base para os relacionamentos sociais. Na alfabetização da pessoa surda, a principal dificuldade encontrada é o sistema de escrita alfabética, que possui como fundamento o som das letras, sendo assim a iniciação desse processo é dificultado, tornando a alfabetização limitada, principalmente na

rede de ensino regular (SANTOS et al, 2016).

O Intérprete da Língua Brasileira de Sinais é um profissional pouco conhecido, devido a sua recente homologação como profissão. No Brasil, o interprete de LIBRAS passou a ser observado nos anos 80, devido os trabalhos de caráter religiosos, mas a categoria só foi considerada como profissão depois da sanção da lei federal 12.319/2010 a qual regulamenta sobre o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete das LIBRAS, onde terá a competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação das LIBRAS e da Língua Portuguesa (ARAUJO et al, 2015).

O intérprete de LIBRAS ainda passa por um processo de construção da sua identidade como profissional, possibilitando as gerações futuras diferentes perspectivas de conhecimento sobre o surdo e os significados da intervenção ou auxílio do intérprete nas relações interpessoais (SILVA et al, 2017).

1.1.3 – Direito à Saúde, a Inclusão e a Igualdade

A saúde é um direito previsto e garantido a todos, em especial apresentado no art. 196 da Constituição Federal de 1988, universal e cabe ao Estado a sua promoção:

Art. 196: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Logo surge a relação da saúde com o serviço público, já que como direito, e principalmente como garantia à vida, é uma cláusula pétrea, conforme dito disposto na Constituição Federal de 1988, que também legisla sobre a obrigatoriedade do Estado em prestar serviços condizentes a saúde e sua manutenção, ou seja, são necessárias práticas para efetivação do mesmo, por ser um direito fundamental.

Portanto, o acesso à saúde é uma garantia, que precisa ser administrada visando o bem de todos. A população surda é real, existente e a cada dia mais participativa e desenvolvida, porém o atendimento ou assistência à saúde em termos práticos ainda é deficiente dessa interação e inclusão.

Nesses termos a inclusão não é demagogia, como a saúde, ela é um direito, enunciado no art. 25 do Decreto nº 5626/05:

“Art.25 A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS - e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas

surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir a atenção integral à saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando: (...)IX – atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de LIBRAS ou para sua tradução e interpretação; e X – apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de LIBRAS e sua tradução e interpretação” (BRASIL, 2005).

A inclusão conceitualmente, se trata de adicionar pessoas a grupos ou núcleos que antes não faziam parte, ou seja, é necessário entender a importância da inclusão dos surdos como pacientes, na prestação de serviços aos surdos, diante da importância da saúde, tal grupo não pode sofrer prejuízos em razão de sua condição, nem tampouco, deve ser tratado como alguém diferente, além da normal, pelo contrário o ideal que se busca ao tratar desse assunto, é apontar e entender que os serviços de saúde são públicos e para todo tipo de público.

Aranha (2011, p. 20-21) argumenta: “A inclusão social, portanto não é um processo que diga respeito somente à pessoa com deficiência, mas sim a todos os

cidadãos. Não haverá inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva, ou seja, realmente democrática, onde todos possam igualmente se manifestar nas diferentes instâncias de debate e de tomada de decisões da sociedade, tendo diferente suporte que for necessário para viabilizar essa participação”.

Com isso é possível perceber que, a inclusão na saúde se volta para o Princípio da Igualdade, de extrema importância em todas as relações e no convívio social e isso não é diferente na busca pela garantia da saúde.

Disposto no Texto Constitucional: Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (BRASIL, 1988).

É a garantia de que a todos os cidadãos gozem dos mesmos direitos e obrigações, ou seja, não deveria ser necessária a observação a cerca das distinções, haja vista que se o princípio dos direitos humanos funcionasse com efetividade, tratar da inclusão seria desnecessário, porque não haveria quem incluir, todos viveriam no espaço conjunto, com as mesmas possibilidades.

1.1.4 – Enfermagem x Surdos

A enfermagem é uma profissão dedicada aos cuidados essenciais e básicos a vida humana. Na área da saúde, a profissão de enfermeiro é conhecida pelo seu contato e relacionamento direto com paciente, são os primeiros a atenderem e guiarem os pacientes conforme suas necessidades médico-hospitalares. Por isso, o uso correto e efetivo da comunicação na profissão de enfermagem, se torna tão importante quanto os conhecimentos clínicos.

Pagliuca, Fiúza e Rebouças (2007) retratam a dependência que existe por parte dos deficientes auditivos em relação à equipe de enfermagem, os mesmos se apresentam vulneráveis ao pouco que esses profissionais podem lhes oferecer, exatamente por não terem habilidade de comunicação total com esta clientela. Na maioria das vezes, ao recorrer aos profissionais da área da saúde, o surdo se defronta com a falta de domínio de comunicação por parte deste grupo. Dessa maneira, na opinião dos surdos, a saúde dos deficientes auditivos pode ser traduzida por descaso e desinteresse dos profissionais. Aparentemente, é mais fácil tomar atitudes por eles em vez de lhes dar o direito de decidir o que é melhor para sua saúde.

Sobretudo, os pacientes surdos se apresentam em sua maioria com

acompanhante para as consultas, os mesmos sabem que não encontrarão intérpretes de LIBRAS, com isso utilizam de outras formas de comunicação, e isso os constrange, e os afasta dos devidos cuidados à saúde. Para o profissional de saúde uma efetiva comunicação com seus clientes propicia um atendimento de qualidade, portanto uma formação que vise compreender o surdo, não apenas sua patologia favorece uma assistência humanizada (BARBOSA et al., 2003).

Conforme Araújo (2013, p. 10 *apud* Cardoso; Rodrigues; Bach íon, 2006): “Vale ressaltar que os surdos nem sempre conseguem ler o que foi escrito pelo profissional de saúde, porque existem palavras difíceis, termos técnicos, pela deficiência do surdo no que concerne ao português ou simplesmente porque a letra do profissional é ilegível. A utilização da escrita pode ser proveitosa durante a consulta de enfermagem para a comunicação com pacientes. Contudo, é comum a população surda ter menos instrução que a população em geral. Sendo assim, é importante que, para explicações complexas, sejam dispensados maior atenção e cuidados quanto à utilização de termos técnicos para tais explicações. Vale ressaltar ainda que uma letra legível evita confusões no entendimento”.

A comunicação entre profissional de saúde e paciente surdo deve ser efetiva e

ter como objetivo o cuidado humanizado e diferenciado para que as necessidades sejam atendidas. Percebe-se que muitas vezes, ao procurar os profissionais da área de saúde, o surdo se depara com a falta de domínio na comunicação por parte do enfermeiro, e na opinião dos surdos há falta de interesse dos profissionais em aprender e se comunicar em LIBRAS. Nota-se que a assistência dada ao surdo por parte da equipe de enfermagem não condiz ao que por lei lhe é de direito.

Porquanto, vale destacar que os surdos têm como direito a tomada de decisões quanto a sua saúde, direito à compreensão dos procedimentos, diagnósticos, tratamento e prognóstico. Além disso, os surdos têm o direito à tirar dúvidas com médicos, enfermeiros e todos envolvidos em seus cuidados, incluindo estudantes e residentes e por fim têm o direito de ter um intérprete para facilitar a comunicação (OGUISSO T, SCHIMIDT MJ, 2007).

O profissional de enfermagem tem que adquirir competência no uso de técnicas de comunicação não verbal, no intuito de desenvolver uma postura que permita a aquisição de conhecimentos de questões inerentes a um cuidado humanizado a todos os clientes, com o objetivo de lhes oferecer apoio, conforto, informação e despertar a todos os clientes, com o objetivo de lhes oferecer apoio, conforto, informação e

despertar seus sentimentos de confiança e autoestima (ARAUJO, 2013, apud GOMES, et al., 2009).

Na graduação do enfermeiro não contempla a formação ou capacitação em LIBRAS, em nenhuma modalidade, ou seja, nem o básico, nem mesmo um preparo específico para atuação com pacientes surdos. Tal fato dificulta o conhecimento dos futuros profissionais, tendo em vista que por não ser uma disciplina específica abordada desde o meio acadêmico, nem sempre os enfermeiros no decorrer do exercício da profissão se atentam para a importância da comunicação efetiva com todos os pacientes, respeitando as suas particularidades e atuando como facilitadores desse processo.

Contudo, de acordo com Decreto nº 5.626/2005 no art 3º a LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No decreto também contempla que a LIBRAS constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (Brasil, 2005).

Em contraponto, apesar da academia de enfermagem estar voltada para os princípios da humanização do cuidado e visão holística da saúde, não se observa no conjunto de ações e conhecimentos da formação dos enfermeiros, uma disciplina que fundamente melhor as condições de saúde dos deficientes, seus direitos e necessidades, o que, certamente, se devidamente considerados, facilitaria a inserção do profissional enfermeiro no contexto desses atores sociais, oferecendo de fato um atendimento humanizado para esta população (SANTOS e SHIRATORI, 2004).

Sobretudo, por mais que o decreto supracitado reforce a importância da comunicação, ainda não é obrigatório que nos cursos de graduação da área de saúde, especialmente de enfermagem, contemplem uma matéria específica para capacitar o futuro profissional a se comunicar com pacientes surdos. Deste modo, percebe-se que sem uma normatização, as instituições de ensino não são obrigadas a implantar efetivamente a disciplina de LIBRAS na grade curricular obrigatória de seus cursos.

Apesar de sua importância, conteúdos de comunicação nem sempre são abordados nos processos de formação em enfermagem nos seus diversos níveis, podem sim, ser abordados em disciplinas mais abrangentes. Para a enfermagem, em especial, que lida constantemente em seu

cotidiano profissional com os clientes, isso traduz em assistência precária, já que o profissional não terá condições adequadas de reconhecer mensagens não verbais e/ou implícitas nas falas dos pacientes, o que muitas vezes pode ser o mais importante e revelador a respeito de suas condições de saúde (PÁSCOA et al, 2009, p. 2).

A ausência de uso das LIBRAS pelos profissionais da saúde fragiliza a comunicação do deficiente auditivo, bem como seu acesso aos serviços de saúde em todos os níveis da assistência, prejudicando a qualidade do atendimento prestado. Portanto, torna-se indispensável que profissionais da saúde conheçam a LIBRAS, a fim de não comprometer o cuidado com o cliente (IANNI; PEREIRA, 2009; ARAGÃO et al., 2015).

Trecossi e Ortigara (2013, p. 3) *apud* Cofen, (2007) destacam que de acordo com o Código de Ética do Profissional Enfermeiro (CEPE), em seu artigo segundo, é direito do enfermeiro aprimorar seus conhecimentos técnicos, científicos e culturais que dão sustentação a sua prática profissional. Além disso, destaca-se que no artigo quinze, o enfermeiro tem o dever de ofertar uma assistência livre de preconceito de qualquer natureza.

É necessário que o enfermeiro aperfeiçoe seus conhecimentos e suas especialidades, pois é visto como agente transformador que precisa acompanhar as

prioridades de seus pacientes (ORÍÁ; MORAES; VICTOR, 2004).

A inclusão social é um processo onde é preciso compreender sobre a demanda da integração e inclusão, visando o bem estar na hora do atendimento à pessoa surda, dando assim uma assistência especial onde o paciente sentirá segurança com os atendimentos a serem prestados, pois para os surdos se sentirem aceitos precisam ser respeitados mesmo com suas limitações em comunicação verbal. A presença de um profissional que atenda em LIBRAS tem significativa importância no processo de atendimento à pessoa surda.

Sobre isso, Costa et.al. (2009) aponta sugestões para adequação dos profissionais de enfermagem para uma boa comunicação com seus pacientes, são elas, estabelecer uma relação profissional com o paciente, de modo a falar olhando para o paciente de forma clara e pausada, falar palavras curtas articulando bem as palavras, escrever sem abreviaturas, fazer expressão facial, explicar antes de fazer um procedimento passo a passo, explicar para que serve a medicação, ter paciência, apresentar organização dos serviços, estabelecer comunicação entre a recepção e os médicos avisando a presença de um paciente surdo na sala de espera. Fazem-se importantes também a distribuição de senhas com indicação do número do atendimento e setor onde será atendida

(chamada através de painel visual), disponibilidade de intérpretes nos serviços de saúde em seus diversos níveis, além disso, para a formação do profissional da área da saúde, devem-se incluir informações sobre as pessoas surdas: características, necessidades e diferenças, nos cursos de graduação e por fim uma disciplina de LIBRAS nos cursos da área da saúde.

O atendimento à saúde, bem como seus profissionais devem ser de excelência, sempre prontos a atenderem os mais variados pacientes, dispostos não somente a compreender o quadro clínico, mas oferecer um atendimento personalizado e individualizado.

2- Metodologia

No estudo em questão foi utilizado o método descritivo para apresentação dos dados levantados. Os dados foram obtidos por meio de questionários aplicados aos surdos participantes da Associação dos Surdos de Ipatinga (ASIPA), com o objetivo de avaliar o sentimento dos mesmos em relação à comunicação dos profissionais da saúde. Visando assim averiguar sob o ponto de vista do surdo, como a assistência à saúde é realizada. Foram entrevistados 42 pessoas com idade entre 18 e 59 anos. Utiliza-se também do referencial bibliográfico, com base em

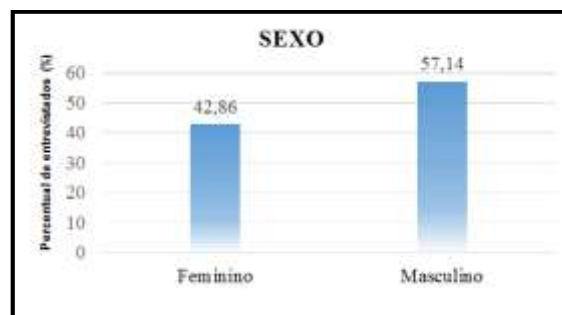
pesquisa documental, livros, artigos da mesma natureza, publicações, tanto em formato físico quanto digital. Além disso, conta-se com a análise das principais leis para elaboração do estudo, em especial o Estatuto da Pessoa com Deficiência (art. 24), e a Lei 10436 de 2002.

3- Resultados e Discussão

Os resultados desta pesquisa caracterizam a perspectiva do surdo enquanto paciente no atendimento à saúde, tendo em foco o profissional de enfermagem. As informações aqui expressas foram coletadas por meio de questionário realizado com os membros da ASIPA, foi levada em consideração a experiência dos entrevistados quanto à assistência à saúde da população surda e na revisão de literatura acerca do assunto em questão.

Conforme citado no item acima foram entrevistados no total 42 pessoas com idade entre 18 e 59 anos, sendo que 42,85% do sexo feminino e 57,15% do sexo masculino (Gráfico 1).

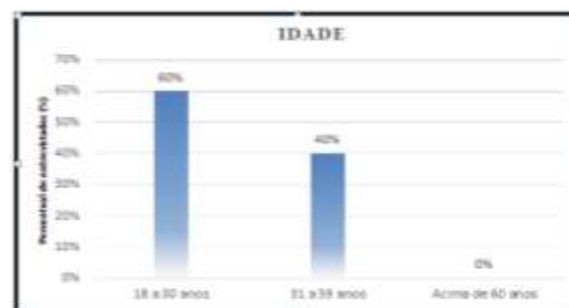
Gráfico 1 - Quantificação dos entrevistados de acordo com o gênero.



Fonte: Esta pesquisa, 2020

Com relação à idade, foram entrevistados 60% das pessoas com idade entre 18 e 30 anos e 40% entre 31 e 59 anos. Foi observado que a faixa etária entre 18 e 30 anos prevaleceu entre os entrevistados (GRÁFICO 2).

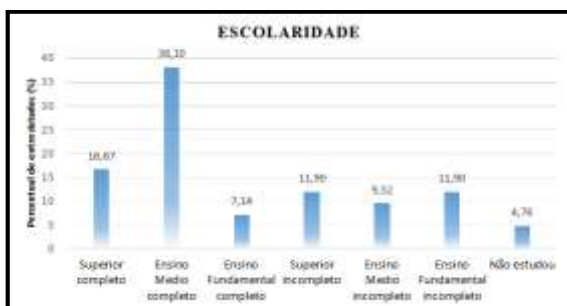
Gráfico 2 - Quantificação dos entrevistados de acordo com a idade.



Fonte: Esta pesquisa, 2020

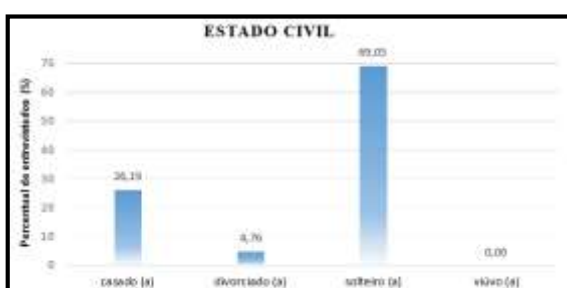
Foram coletados os dados referentes à escolaridade dos entrevistados e condições socioeconômicas. Foi observado que a maioria dos entrevistados tem ensino médio completo (38,10%) e/ou curso superior completo (16,67%) (GRÁFICOS 3, 4, 5 e 6).

Gráfico 3 - Quantificação dos entrevistados de acordo com a escolaridade.



Fonte: Esta pesquisa, 2020

Gráfico 4 - Quantificação dos entrevistados de acordo com o estado civil.



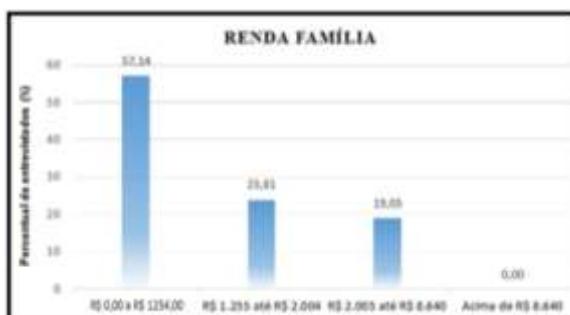
Fonte: Esta pesquisa, 2020

Gráfico 5 - Quantificação dos entrevistados de acordo com a quantidade de pessoas em casa.



Fonte: Esta pesquisa, 2020

Gráfico 6 - Quantificação dos entrevistados de acordo com a renda familiar.



Fonte: Esta pesquisa, 2020

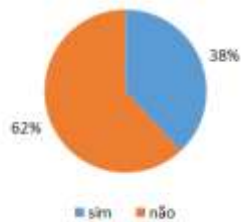
Foi observado que grande parte dos entrevistados são solteiros, moram

sozinhos, possuindo uma renda mensal referente a um salário mínimo. Quanto à escolaridade, grande parte foi no máximo até o ensino médio, sendo poucos aqueles que prosseguiram com a vida acadêmica. Esses dados podem ser reflexos das diversidades que a comunidade surda enfrenta por causa da dificuldade de se comunicar com a sociedade ouvinte, influenciando em vários aspectos da vida, como o acesso a educação continuada, relações interpessoais, dessa forma também ao acesso a informação e a saúde.

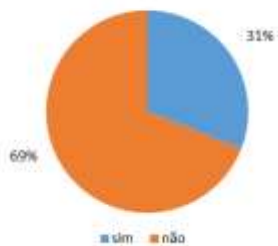
Foram aplicadas às pessoas surdas perguntas para o melhor entendimento, percepção dos mesmos sobre como é a comunicação no momento do atendimento à saúde. Foi observado que durante a coleta dos dados, houve dificuldade dos entrevistados no preenchimento do questionário, foi necessário, em alguns momentos, o auxílio de um interprete de LIBRAS. Destacou-se que até mesmo a compreensão da linguagem escrita foi um desafio para o surdo, mostrando o quanto a linguagem de sinais é importante (FIGURA 1).

Figura 1 - Resultado das perguntas sobre os atendimentos à saúde.

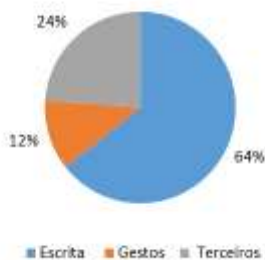
1. Em caso de atendimentos na área de saúde com enfermeiros, você sente que é possível estabelecer uma comunicação?



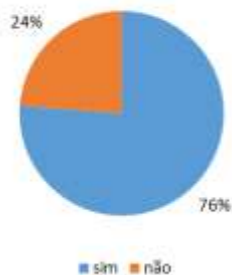
2. No momento desses atendimentos, já se deparou com profissional capacitado em LIBRAS?



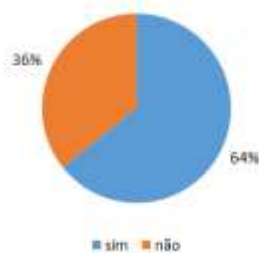
3. Quando não houve intérprete em LIBRAS, como aconteceu ou acontece a comunicação?



4. Já se sentiu constrangido nos atendimentos na área de saúde por causa das dificuldades de comunicação?



5. Você já deixou de buscar atendimento na área da saúde pelo receio de não ser compreendido?



De acordo com os resultados, foi observado que dentre os 42 entrevistados, 38% disseram que é possível estabelecer uma comunicação com o enfermeiro durante o atendimento, enquanto que 62% disseram que não é possível estabelecer a comunicação, demonstrando assim, o problema de comunicação entre enfermeiro e paciente. Isso pode ser evidenciado quando demonstrado que 69% dos entrevistados disseram nunca ter sido atendido por profissional capacitado em LIBRAS, enquanto apenas 31% expôs terem sido atendidos em algum momento por profissional intérprete.

Quando perguntado sobre como ocorreu a comunicação, sem a presença de um intérprete foi observado que 64% dos entrevistados responderam que recorreram à escrita, 12% recorreram a gestos, enquanto que 24% recorrem a terceiros, como familiares, amigos, para estabelecer um diálogo durante as consultas.

Outro resultado que demonstra preocupação se refere ao constrangimento enfrentado durante os atendimentos na área de saúde, devido às dificuldades de comunicação, onde 76% disseram ter sentido constrangido, enquanto que 24% disseram que não, isso pode ser explicado pelo fato de que muitos surdos recorrem à escrita ou a terceiros no momento do atendimento, com isso, dependendo da doença ou queixa do surdo, o

constrangimento é gerado, haja vista que muitos problemas de saúde têm um viés íntimo.

Esse saldo reflete bastante na assistência quanto à promoção e a prevenção em saúde do paciente surdo, pois 64% dos entrevistados assumiram deixar de buscar atendimento na área da saúde pelo receio de não ser compreendido pelos poucos profissionais capacitados, enquanto que 36%, mesmo com o constrangimento, procuram por ajuda. Com isso, percebe-se que o processo de cuidado pode ser comprometido, pois o paciente acaba por procurar assistência em último caso, quando o problema de saúde já está avançado, fazendo com que uma situação evitável ou de fácil tratamento, evoluía para complicações e agravos irreversíveis a saúde.

Observando o cenário da coletividade, a comunicabilidade é uma parte muito importante para a enfermagem, por meio dela é possível se comunicar com o paciente de forma completa compreendendo o indivíduo e suas necessidades em saúde. No caso do surdo, percebe-se significativa dificuldade na comunicação tanto para o paciente, como para o profissional que não tem um preparo necessário para o atendimento. De acordo com o IBGE, atualmente existem quarenta e seis milhões de brasileiros apresentando um determinado tipo de deficiência, em

outras palavras, equivale a 23,9% da população. Como toda a população, esse grupo também tem direito aos serviços e a legislação, como a lei orgânica do sistema único de saúde (SUS), demonstra caráter global de acessibilidade e gerência descentralizada, do mesmo modo define plena entrada à saúde (CAVAGNA, 2017).

Inclusive, percebe-se que com o diálogo é possível que o profissional de enfermagem possa interpretar melhor o modo de como o paciente vê o mundo a sua volta, seu modo de vida, hábitos que podem influenciar sua saúde de forma positiva e negativa, entre outros.

Sobretudo, quando essa interação não ocorre, o cuidado fica desnivelado e no caso do paciente surdo isso se torna ainda mais sério, já que para tentar fazer um trabalho de acolhimento com excelência utiliza-se do improvisado, como por exemplo, a escrita ou um acompanhante, membro da família que domina a LIBRAS ou um intérprete. Essa forma improvisada de comunicação pode influenciar negativamente na coleta de dados da consulta, haja vista que o paciente surdo se sente em segundo plano na conversa, e nem sempre o acompanhante consegue transmitir as informações de forma correta e fidedigna ao mesmo (CAVAGNA, 2017).

E evidente a necessidade de se elaborar e colocar em prática medidas mais eficientes quanto à assistência ao surdo nos

diversos níveis de complexidade, levando-se em consideração que a falta do intérprete durante o acolhimento, prejudica não apenas a eficiência do atendimento, mas também o direito do surdo ao cuidado mais humanizado e com integralidade.

Os dados encontrados por meio do questionário é apenas um pequeno relato do atual estado, dificuldade e impotência enfrentadas pelos pacientes surdos no âmbito da saúde. É notório que os profissionais atuais não estão preparados para o atendimento a esse grupo, pelo menos não o suficiente para cumprir a legislação e a lei da inclusão.

Uma pesquisa realizada por meio das Estratégias de Saúde da Família, Unidade de Pronto Atendimento e Hospitais do município de Valparaíso de Goiás com 26 profissionais de enfermagem, foi demonstrado que mesmo os entrevistados obtendo conhecimento da existência da linguagem de sinais, da importância e da necessidade da aplicação da mesma durante o atendimento a pessoa surda, nenhum desses profissionais faziam o uso da língua, devido à falta de entendimento e capacitação na área. (SILVA, ANDRADE, 2018)

Segundo Chaveiro e Barbosa, (2003) a coletividade não está preparada para incluir socialmente o surdo, e que atualmente, a grande maioria dos

profissionais não entende LIBRAS, e nem todos possuem o interesse em aprender.

Aguiar e Marcucci, (2009), sugeriram que todos os profissionais da área da saúde deveriam saber se comunicar não somente por comunicação verbal, mas também pela não verbal, afirmando que através do diálogo verbal e o não verbal, pode-se criar uma intimidade melhor com seu paciente, e para que isso aconteça é indispensável adotar práticas favoráveis à conversa.

É possível notar o grande desafio que as universidades têm enfrentado para formar profissionais que não só integram o conhecimento em suas áreas de serviços, mas também ações, decisões, propostas e habilidades que tragam melhorias para a comunidade de atuação. Contudo, até o momento perseveram algumas resistências quanto à conexão com o público, já que existem diferenças de como um ouvinte e um surdo utiliza o sistema de saúde. Se as escolas de formação não disponibilizam um curso de formação em LIBRAS, é difícil fazer com que o acadêmico se interesse por fazer um curso extracurricular para se aprimorar no assunto. (RAMOS, 2017)

Diante disso, se faz necessária à adição da disciplina de LIBRAS na grade curricular dos cursos da área de saúde, vislumbrando assim um avanço do atendimento a esta classe, e assim, apresentando um ganho para assistência em

realizar um melhor acolhimento a quem necessita de um atendimento especializado. (RAMOS, 2017)

Por isso, a implantação da LIBRAS é essencial para estabelecer uma comunicação efetiva com o paciente surdo, apresentando a possibilidade de uma análise de forma mais holística. Para que isso aconteça, o enfermeiro deve estar preparado para se qualificar e assim superar as barreiras da comunicação, e isso só será possível por meio da educação continuada e da especialização.

O enfermeiro precisa estar preparado para transmitir apoio, segurança e força ao paciente durante o acolhimento, ao invés de ser fonte de desconforto e constrangimento, situação visível em alguns pacientes surdos quando abordados sobre a assistência na área de saúde.

A porcentagem de surdos que deixam de procurar atendimento por causa do constrangimento é preocupante, e deve ser observada como um problema ao bem-estar físico, social e emocional deste grupo, já que todos tem direito a saúde com qualidade e equidade. Isso só mostra o quanto é difícil para o surdo se sentir acolhido em um ambiente onde os profissionais não estão aptos para lidar com suas limitações e necessidades. É necessário que esse problema seja analisado pelos profissionais de enfermagem e órgãos de saúde, e que os dados apresentados sejam

um impulso para a implantação da capacitação em LIBRAS.

4- Conclusão

O enfermeiro possui um papel importante no acolhimento e cuidado durante a assistência à saúde, sendo a comunicação, análise e interação com o paciente, uma das suas principais ferramentas de atuação. Observou-se que é de suma importância a necessidade da implantação da Língua Brasileira de Sinais nos diversos níveis de atenção a saúde, tendo em vista as diversas dificuldades enfrentadas durante o atendimento a pessoa surda.

De acordo com o estudo em questão, a maioria dos entrevistados encontrou dificuldades em seus atendimentos nas unidades de saúde. Constatou que são poucos os profissionais capacitados para se comunicar com a pessoa surda, sendo necessário à escrita ou a presença de terceiros durante o atendimento. Com isso, o paciente se sente constrangido e assim, pensando na dificuldade, deixa de procurar a unidade de saúde. O paciente acaba por buscar assistência em último caso, quando o problema se torna avançado, fazendo com que uma situação evitável ou de fácil tratamento, evoluía para comorbidades e agravos irreversíveis, comprometendo o processo de cuidado à saúde.

A capacitação e conscientização sobre o uso das LIBRAS devem ser colocadas em prática, a fim de criar profissionais habilitados para a promoção da inclusão mais humanizada aos surdos brasileiros, haja vista que fazem parte de uma minoria do país. Os dados apresentados neste estudo demonstra a necessidade de mudanças no processo de comunicação, já que estabelecer um diálogo eficaz, possibilita e promove um atendimento mais agradável, humanizado e de qualidade.

Conclui-se assim, que se faz cada vez mais necessário políticas públicas efetivas, para que a legislação vigente relacionada à comunicação em LIBRAS seja praticada e os direitos das pessoas surdas sejam efetivamente respeitados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência.** Revista do Ministério Público do Trabalho, Marília, ano XI, n. 21, p. 160-173, março, 2001.

ARAÚJO. Camila Crisse Justino de. **Consulta de Enfermagem às pessoas surdas: uma análise contextual.** 2013. Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Graduação em Enfermagem do Departamento de Enfermagem do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Estadual do Paraíba. Campina Grande, 2013. Disponível em:<<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2236/1/PDF%20->

[%20Camila%20Crisse%20Justino%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf](#)>. Acesso em 16 de Setembro de 2019.

BARBOSA, M. A., Oliveira, M. A., SIQUEIRA, K.M., DAMAS, K.C.A., PRADO, M.A. A Linguagem Brasileira de Sinais – Um desafio para a assistência de enfermagem. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, 11, p. 247-251, 2003. Disponível em:<<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/17732/5/Artigo%20%20Maria%20Alves%20Barbosa%20-%20202003.pdf>>. Acesso 25 de Agosto de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988.** Brasília, DF, Senado. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 22 de Agosto de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso 25 de Agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Brasília. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9748&t=destaques>>. Acesso em 01 de Setembro de 2019.

CARDOSO, AHA.;RODRIGUES, KG.;BACHION, MM. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. Ver Latino-am Enfermagem 2006 julho-agosto; 14(4).

CARDOSO, Israel Gonçalves. **Surdo-Mudo ou Mudo, Deficiente Auditivo ou Surdo: Qual dessas terminologias pode-se adotar.** *Revista virtual de cultura surda*, 2016. - disponível em: <editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/2%C2%BA%20Artigo%20REVISTA%2017%20Israel%20Gon%C3%A7alves%20Cardoso.pdf> Acessado 02 de Setembro de 2019.

CASTRO JUNIOR, Gláucio de. **Varição Linguística em língua de sinais brasileira – foco no léxico.** 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Departamento de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COSTA. Mariana Ferreira Marques. **Análise da Utilização da Atenção Primária à saúde pelo usuário surdo sob a perspectiva do profissional de enfermagem:** Estudo descritivo nas unidades de saúde de Ceilândia – DF. 2013. Trabalho apresentado à Universidade de Brasília. Brasília. 2013. Disponível em:< http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6916/1/2013_MarianaFerreiraMarquesCosta.pdf>. Acesso em 01 de Setembro de 2019.

COSTA, L. S. M.; ALMEIDA, R. C. N.; MAYWORN, M. C.; ALVES, P. T. F.; BULHÕES, P. A. M.; PINHEIRO, V. M. **O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas.** *Rev Bras Clin Med*, 2009;7:166-170. Disponível em:< <http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2009/v7n3/a166-170.pdf>>. Acesso em 15 de Setembro de 2019.

IANNI, A.; PEREIRA, P. C. A. **Acesso da Comunidade Surda à Rede Básica de Saúde.** *Saúde e Sociedade*, v.18, supl.2, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo de 2010. **População por**

tipo de deficiência permanente, 2010. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9748&t=destaques>>. Acesso em 15 de Agosto de 2019.

LIMA, E.W.G.; CARDOSO, C.J. **Um estudo sobre a escrita de surdos em processo de alfabetização.** X Simpósio Educação e Sociedade Contemporânea: desafios e propostas. 2016. Disponível em:< <http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/xsesc/um-estudo-sobrea-escrita.pdf>>. Acesso em 10 de Setembro de 2019.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil.** ETD-Educação Temática Digital. 2006.

ORDACGY, André da Silva. **A tutela de direito à saúde como um direito fundamental do cidadão.** 2012. Disponível em:<http://www.dpu.gov.br/pdf/artigos/artigo_saude_andre.pdf>. Acesso em 15 de Setembro de 2019.

OGUISSO T, SCHIMIDT MJ. **O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.

ORÍÁ, M.O.B.; MORAES, L.M.P.; VICTOR, J.F. – **A comunicação como instrumento do enfermeiro para o cuidado emocional do cliente hospitalizado.** *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 06, n.02, 2004. Disponível em:< https://www.fen.ufg.br/fen_revista/revista6_2/pdf/R4_comunica.pdf>. Acesso em 12 de Setembro de 2019.

PAGLIUCA LMF, FIÚZA NLG, REBOUÇAS CBA. **Aspectos da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo.** Rev. Esc. Enferm. USP [periódico online]. 2007 [capturado em 2008 ago 20]; 41(3):411-8. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n3/10.pdf>>. Acesso em 10 de Setembro de 2019.

PÁSCOA, Francisca Roberta Barros. QUEIROZ, Ana Paula Oliveira. ROCHA, Elaine da Silva Nunes. LIMA, Francisca Elisângela Teixeira. **Importância da Linguagem de Sinais para Assistência à saúde dos pacientes Surdos: Estudo Bibliográfico.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 61., 2009, Fortaleza. Anais... Fortaleza: [s.n.], Dezembro 2009.

RAMOS, Tâmara Silva; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. **A Importância do ensino de Libras: Relevância para Profissionais de Saúde.** Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 10, n. 33, p. 116-126, 2017 - disponível em: <idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/606> Acessado em 05 de novembro de 2019.

SANTANA, Eline Peixoto. **O Direito a comunicação: as Libras e os desafios da educação dos surdos.** VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2013. Disponível em:< <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/odireitoacomunicacao-aslibraseosdesafiosdaeducacaodossurdos.pdf>>. Acesso em 15 de Setembro de 2019.

SANTOS, R. M.; SILVA, R. V. S; SILVA, M. M. **Os desafios de alfabetizar alunos surdos na sala de ensino regular.** 2016. II CINTEDI – Congresso Internacional de Educação Exclusiva. Disponível em: < https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_S

[A12_ID3265_13102016184204.pdf](#) >. Acesso em 03 de Setembro de 2019.

SANTOS, E. M.; SHIRATORI, K. **As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos.** Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 06, n. 01, p.68- 76, 2004.

SILVA, Edinéia Venâncio. **A Linguagem de Sinais na transmissão de conhecimento em sala de aula para alunos com surdez.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed.12, Vol.01, pp.18-36 Dezembro de 2018. ISSN:2448-0959. Disponível em:< <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/letras/alunos-com-surdez>>. Acesso em 10 de Setembro de 2019.

SILVA NGPS, ANDRADE EGS. **Comunicação eficaz através da língua brasileira de sinais do profissional de enfermagem com os deficientes auditivos.** Rev Inic Cient Ext. 2017; 1(1): 11-7.

TRECOSSI, M.; O. ORTIGARA, E.; P.; F. **A importância e eficácia das consultas de enfermagem ao paciente surdo.** 2013. Revista de Enfermagem. FW. v.9. p.60-69. 2013.